

O ENSINO PRIMÁRIO NA FRONTEIRA OESTE DE MATO GROSSO NO PÓS-GUERRA: CORUMBÁ (1945-1954)¹

PRIMARY SCHOOLING IN THE WESTERN FRONTIER OF BRAZIL IN THE POST-WAR ERA: CORUMBÁ (1945-1954)

Sílvia Helena Andrade de Brito *

RESUMO

O presente trabalho vai tratar da organização e da expansão do ensino primário na cidade de Corumbá, o mais significativo núcleo urbano da fronteira Oeste do estado de Mato Grosso, no período que se abriu com o final da Segunda Grande Guerra. Neste sentido, o artigo inicia-se com a exposição do contexto histórico que marcou o pós-guerra imediato em Mato Grosso e em sua fronteira Oeste. Tendo em vista este contexto, analisam-se em seguida os desdobramentos da questão educacional no período, considerando principalmente que foi este o momento histórico no qual se deu a consolidação dos processos de reforma delineados em anos anteriores, mediante a conformação e expansão do sistema nacional de ensino em Mato Grosso e, particularmente, na cidade de Corumbá. Como o principal alvo destas políticas públicas era o ensino primário, é dele especificamente que estaremos tratando nestas reflexões sobre a educação na fronteira Oeste do Brasil.

Palavras-chave: História da Educação; Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; Ensino primário; História; Corumbá; História da Educação

ABSTRACT

This work deals with the organization and expansion of primary education in the city of Corumbá, the most significant urban nucleus in the Western frontier of the state of Mato Grosso, in the period inaugurated with the end of the Second World War. To this end, the article begins with an exposition of the historical context that marked the period immediately after the II World War on Mato Grosso and the Western front. Given this context, the effects on education are then analyzed in this period, considering, principally, what existed at this moment in time when the consolidation of the processes of reform delineated during the preceding years, through the confirmation and expansion of the national teaching system in Mato Grosso and, particularly, in the city of Corumbá. As the principal target of these public policies was primary schooling, it was this that specifically will be treated in these reflections on education in the Western frontier of Brazil.

Keywords: History of Education; Mato Grosso do Sul; Primary Schooling; History; Corumbá; History of Education

* Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - Campus de Corumbá (shbnto@terra.com.br)

¹ As fontes utilizadas para este trabalho incluem documentação primária, de natureza pública e privada (relatórios, cartas, ofícios, memorandos etc), além de documentação secundária, compilada em diferentes bibliotecas e arquivos regionais e nacionais.

1. A região da fronteira Oeste de Mato Grosso no pós-guerra

O fim do Estado Novo encontrou o Estado de Mato Grosso e sua fronteira Oeste em vias de iniciar um novo período de dinamização em termos econômicos, desta feita envolvendo os setores industrial e agrícola.

A partir da segunda metade dos anos 40 e principalmente na década de 50, as diretrizes do projeto acalentado e decantado desde os albores do movimento revolucionário de 1930, a chamada *Marcha para o Oeste*, começou a mostrar de forma mais sensível os seus frutos na região mato-grossense. Se as bases materiais, políticas e ideológicas para as iniciativas levadas a termo neste segundo período encontram suas raízes nos anos 30/40, foi neste momento, iniciado com o final da Segunda Grande Guerra, que frutificaram algumas das sementes antes cultivadas.

Para isso, foi essencial a presença do Estado que, desta forma, passou por um novo processo de reorganização interna, visando à sua adequação a um conjunto crescente de tarefas que seu papel de idealizador e muitas vezes de motor destas mudanças exigia. Além disso, o retorno do país aos trilhos da democracia, com a volta à cena política dos governos estaduais, acabou impondo modificações e rearranjos internos na máquina pública, visando dar respostas a uma sociedade que cada vez mais se urbanizava, ganhando simultaneamente maior complexidade política e social¹. Com isso, ainda durante o período de governo do último interventor, José Marcelo Moreira, antes mesmo das eleições para o executivo estadual em 1947, foi extinta a Secretaria Geral do Estado (Decreto-Lei nº 251, de 9 de julho de 1946), voltando a funcionar as duas secretarias existentes em 1937: a Secretaria do Interior, Justiça e Finanças e a Secretaria de Agricultura (MATO GROSSO, 1952a: 224).

Essa reforma deu início a um processo de crescente expansão dos serviços públicos, em todos os níveis de governo², com a participação cada vez maior de grupos sociais organizados, por intermédio dos partidos políticos surgidos no pós-45, na composição interna do Estado. Para tal, o executivo estadual contou, nestes anos, com uma arrecadação ascendente, que acompanhou o desenvolvimento e a diversificação da economia mato-grossense.

Em relação às políticas direcionadas para as regiões de fronteiras, o final da guerra e os anos 50 encontraram um novo posicionamento do governo brasileiro neste campo, em que a defesa das proposições nacionalizantes foram sobremaneira modificadas, a partir de novas perspectivas assumidas pela própria Comissão Especial da Faixa de

¹ Em que pesem as particularidades assumidas por este processo em Mato Grosso, que serão tratadas a seguir.

² Exemplo deste desmembramento das funções do Estado pode ser dado pela expansão de suas atribuições no tocante a obras públicas, num momento em que a construção de escolas em Mato Grosso tornou-se um aspecto importante da atuação pública na área educacional. Assim, pelo Decreto-Lei nº 786, de 24 de setembro de 1946, foi criado o Departamento de Obras Públicas, com a retirada da Seção de Obras da Diretoria de Terras e Obras Públicas. Posteriormente, em 30 de novembro do mesmo ano, pelo Decreto-Lei nº 799 c, em 1947, pelo Decreto-Lei nº 283, de 12 de fevereiro, o novo Departamento de Obras Públicas teve suas funções redefinidas, com a criação da Comissão de Estradas de Rodagem, que passou a incorporar as construções no setor rodoviário. MATO GROSSO, 1948: 92.

Fronteiras, a partir de 1944 (BRASIL, 1944). Esta nova posição ia ao encontro da defesa de um relacionamento amigável do país, sobretudo em relação aos vizinhos continentais, visando à concretização dos interesses econômicos, sociais e políticos do Brasil na América do Sul, na medida em que se aumentasse o intercâmbio com os países em questão. Além disso, na nova perspectiva adotada, esta seria a forma de incrementar o próprio desenvolvimento das regiões limítrofes brasileiras, transformando-as em *fronteiras vivas* (IBID.).

Assim, a ênfase das políticas defendidas passou a ser o desenvolvimento nacional, com a proposta de canalização de recursos para a implantação de projetos voltados para esta finalidade, alocados prioritariamente nas áreas de saúde, educação e infraestrutura, sobretudo quanto a melhorias na comunicação destas regiões com os centros mais desenvolvidos do país. Tais propostas, no caso das fronteiras do Estado de Mato Grosso, contudo, careceram de viabilidade política, uma vez que significavam a canalização de recursos públicos, a fundo perdido, para aquelas que estavam, naquele momento, entre as mais distantes e menos desenvolvidas regiões do país. Neste sentido, e certamente não por acaso, grande parte dos projetos que foram viabilizados encontravam-se nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (BRASIL, 1959a).

Tiveram êxito e influência em Mato Grosso e, em particular, na região da fronteira brasileiro-boliviana em Corumbá, as iniciativas que haviam sido defendidas desde o período anterior pelo Itamarati, baseadas numa visão estratégica da necessidade de inserção brasileira no continente (BRASIL, 1931). Entre elas destacaram-se a construção do ramal ferroviário entre Corumbá e Santa Cruz de la Sierra; a demarcação definitiva dos limites territoriais brasileiro-bolivianos, além dos vários acordos comerciais assinados entre os dois países, sendo o principal deles o Tratado de Roboré, de 1958 (BOLÍVIA, 1967).

Estas iniciativas só se tornaram viáveis, contudo, quando condições materiais propícias, nos campos internacional, nacional e regional permitiram ao país a utilização de reservas acumuladas durante os anos do conflito mundial e no pós-guerra imediato, por um lado; por outro, o aumento deste intercâmbio também estava relacionado à implantação de um pólo industrial em Corumbá, capaz de atender às demandas regionais dos dois lados da fronteira, bem como da progressiva inserção dos produtos da indústria do Sul e Sudeste brasileiros nas regiões de Santa Cruz de la Sierra e outras, situadas na região andina da Bolívia.

Neste sentido, é importante que se destaque o processo de industrialização em curso na cidade de Corumbá nesse período, quando a mesma chegou a assumir o papel de centro de abastecimento da região, principalmente em relação a materiais de construção, como cal, cimento etc. e produtos alimentícios fabricados no município, como massas, bebidas, entre outros. Este surto industrial, no entanto, foi fruto de um conjunto de fatores, que iam desde o momento vivido pela própria sociedade capitalista nos planos mundial e nacional, que permitia a existência de espaços ociosos, traduzidos tanto em capitais como em demanda suficiente para estas iniciativas, até a implantação de uma empresa mineradora de porte na cidade, a Sobramil, que acabou criando

condições propícias, por exemplo, ao adensamento da força de trabalho disponível na região (Tabela 1.1).

Tabela 1.1. Desenvolvimento do setor industrial Corumbá 1930, 1940 e 1950

Setores	1930	1940	1950
Alimentação ⁽¹⁾	2	13	nd
Produtos de limpeza	--	3	nd
Serrarias	--	7	nd
Estaleiros	1	nd	nd
Construção civil ⁽²⁾	--	9	nd
Charqueadas	2	3	nd
Gráficas	1	3	nd
TOTAL	6	38	49

(1) Inclui as indústrias de massas alimentícias, refrigerantes e cerveja.

(2) Inclui a fabricação de telhas, tijolos e cal.

Fontes: ANUÁRIO de Mato Grosso, 1930, 84-86.; MATO GROSSO, 1942: 9-10.; IBGE, 1960: 317-320.

Desta forma, aproveitando estas combinações particulares de capital local e de fora do município, surgiram, entre outras, empresas como a fábrica de cimento do grupo Itaú, com capitais originários de Minas Gerais. Oliveira (1998: 44 et seq.) destaca a importância do movimento dinamizador representado pelo início da exploração de minério de ferro e manganês para a implantação desta outra planta industrial. Destaca, para corroborar sua afirmação, que mesmo a existência na cidade de um dos melhores tipos de calcário para a produção de cimento, não havia sido suficiente, no passado, para levar o grupo a estabelecer-se em Corumbá.

Outro exemplo de empresas surgidas no *vazio* deste momento particular foram o Moinho Mato-Grossense e a Fiação Mato-Grossense. Esta última utilizava o antigo maquinário de indústrias têxteis de São Paulo, especializando-se na produção de sacaria. A primeira talvez um dos casos mais interessantes da conjunção dos fatores anteriormente elencados combinava capital de comerciantes locais ou estabelecidos em Corumbá, com a disponibilidade das barcaças, pertencentes aos mesmos grupos⁴, que transportavam minério de ferro para o estuário do Prata, retornando com mais de 90% de capacidade ociosa. A existência de trigo de qualidade na Argentina naquele momento, oferecido a preços competitivos, permitiu o transporte desta mercadoria para Corumbá, e seu posterior beneficiamento na cidade. O maquinário, como no exemplo anterior, foi disponibilizado graças ao processo de modernização do parque industrial

⁴ As seguintes empresas exploravam a navegação fluvial em Corumbá neste momento: o Serviço de Navegação da Baía do Prata, companhia estatal que veio substituir o Lloyd Brasileiro; a Companhia Argentina de Navegação Ltda. (Mihainovich) e as empresas nacionais Miguéis & Cia., Scaff' Gattass & Cia., Kassar & Cia. Ltda e José Dulce & Cia. As duas primeiras exploravam o comércio exterior e as empresas nacionais as viagens dentro do Estado. CAMPOS, 1960: 233.

capitalista no pós-guerra, desta feita em suas matrizes européias dá a presença de máquinas suíças no Moinho Mato-Grossense.

Para tal, também foi de fundamental importância a navegação fluvial, visto que os principais compradores dessas mercadorias Cáceres, Coxim, Cuiabá, Porto Murtinho, Miranda e Aquidauana, entre outros ligavam-se a Corumbá por via fluvial. Além disso, os produtos que passaram a abastecer o município, ainda que fruto da pequena agricultura produzida em algumas fazendas e propriedades nos arredores da cidade, como o couro e o leite, eram transportados pelo rio. Neste sentido,

Foi aproveitando a capacidade de abastecimento regional de Corumbá que surgiram e [se] fortaleceram as caieiras, as marmorearias (sic), os curtumes, as artesanias, etc. O acréscimo da população urbana e a própria condição regional da cidade suscitavam a presença de fábricas de refrigerantes e de cerveja produzindo com vigor. Como efeito, o comércio viveu seu êxtase. Tudo isso vai à bancarrota pós-metade dos anos sessenta. (OLIVEIRA, 1998: 45-46)

Para o entendimento deste processo, caberia aqui observar, em consonância com a observação de Wilson Cano (1998: 48), que este dinamismo deve ser analisado a partir das complexas relações histórico-econômicas estabelecidas entre Mato Grosso, enquanto região periférica dentro do quadro de desenvolvimento do capital em termos de Brasil, e o pólo dinâmico deste processo, São Paulo. Considerando o processo de emergência da referida região pólo, completado no período que se segue à crise de 1929, lembra o autor que,

[...] a partir daquele momento, era a economia de São Paulo que passava a promover a integração do mercado nacional, de forma crescente, tornando-se o centro de decisão maior da acumulação de capital do país. Vista a questão de outra forma, a periferia nacional não mais poderia "percorrer iguais caminhos" percorridos por São Paulo; vale dizer, não teria mais sentido se pensar como ingenuamente alguns ainda hoje pensam em uma industrialização 'autônoma' na periferia nacional.

Assim, o processo de dinamização atravessado por Mato Grosso, entre o final da Segunda Guerra e a década de 60, estava vinculado a um momento específico da sociedade capitalista, nas esferas internacional, nacional e regional, como já comentado. À medida que avançou o processo de *substituição de importações*, levando as empresas do pólo dinâmico à procura de novos mercados, inclusive aqueles

atendidos pelas empresas corumbaenses as suas similares no município mato-grossense passaram a enfrentar a concorrência da produção chegada à cidade, pelo trem ou, a partir do final dos anos sessenta, principalmente nas duas décadas seguintes, pela via rodoviária. A partir de então, o parque industrial corumbaense foi desarticulado, gradualmente. Este quadro foi reforçado, ainda, pelas dificuldades impostas à navegação fluvial após prolongados períodos de seca no Pantanal que dificultaram, com o encarecimento do frete fluvial, a continuidade dessa trajetória de crescimento industrial.

Simultaneamente, observa-se o estancamento do processo de mudanças, lentas mas permanentes, que marcara a pecuária pantaneira até meados dos anos 30. O crescimento do rebanho, embora permanente, deu-se muito mais pela ação de condições climáticas favoráveis, como a seca, do que pela elevação do número de cabeças proveniente de melhorias introduzidas no trato com os rebanhos (OLIVEIRA, 1998: 47). Mesmo o aumento do consumo de carne, com o crescimento das cidades, não foi suficiente para estancar a crise do setor a partir do final da década de 50, posto que o gado pantaneiro enfrentou cada vez mais a concorrência da carne produzida em outras regiões do País, inclusive em Campo Grande, em condições mais favoráveis de preço e abate. Todos estes fatores acabaram contribuindo, de alguma forma, para uma menor disponibilização de capitais provenientes da atividade pecuária, tendo como consequência a queda das taxas de transferência das rendas deste setor para as áreas urbanas e para a atividade industrial, movimento esse que colaborara para a efetivação do surto de crescimento da cidade nos anos 40/50.

Outra questão que voltou a ser discutida naquele momento foi o contrato de exploração do manganês e minério de ferro das jazidas de Urucum, localizadas no município de Corumbá. O governo de Fernando Corrêa da Costa denunciou o acordo existente entre o Estado de Mato Grosso e a Sobramil, considerado lesivo aos interesses públicos, na medida em que fixou em dez cruzeiros por tonelada a cota a ser paga aos cofres públicos pela exploração desses minerais, afora trinta e cinco milhões pagos ao Estado pelo arrendamento da área. Considerando que o total do empreendimento era avaliado em três bilhões de cruzeiros, uma das maiores transações comerciais realizadas no País, o governo estadual pretendia estabelecer o contrato em outras bases.

Além disso, foram levantadas denúncias por parte da Comissão da Faixa de Fronteiras, referentes à participação da Companhia Meridional de Mineração Ltda. na lavra, uma vez que esta empresa contava com a participação majoritária da United States Steel Corporation entre seus acionistas, e a legislação ainda em vigor vedava a presença de empresas estrangeiras em empreendimentos considerados estratégicos em áreas de fronteira como era o caso de uma siderurgia. A questão será contemplada com a fixação de novo contrato entre a Sobramil e o governo estadual, bem como uma nova sublocação entre esta empresa e a Companhia Meridional de Mineração Ltda., supervisionada pelo Estado de Mato Grosso, atendendo aos quesitos legais sobre o tema. No final dos anos 60, esta siderúrgica interrompeu suas atividades na cidade, sendo este também outro fator a colaborar para o desmonte progressivo do parque

industrial existente no município⁵.

Afora todas as conseqüências trazidas pela industrialização em curso no município de Corumbá, foi também nesse momento que a cidade passou a sentir os efeitos da segunda etapa de construção do ramal ferroviário Brasil-Bolívia, sobretudo a partir de 1953, quando da inauguração definitiva da estrada em toda a sua extensão, até Santa Cruz de la Sierra. Logo.

Foi somente a partir de 1953, quando da chegada dos trilhos, transformando a cidade no ponto final da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB), que este centro urbano passou a desempenhar um novo papel no contexto político-econômico regional: capturou o mercado consumidor boliviano para os produtos brasileiros, que ocorre com a expansão do comércio atacadista e de exportação, implementando seu papel geopolítico em relação à Bolívia. (ITO, 1992: 16)

Esta nova perspectiva, aberta com a construção deste ramal ferroviário, vem juntar-se àquela exposta acima, representada pelo seu papel como centro redistribuidor de mercadorias no interior do Estado. Fruto disso serão as modificações introduzidas na malha urbana, nos anos 50, como a melhoria dos serviços de água e energia elétrica, patrocinados pelo governo estadual; o calçamento e arborização das ruas do centro da cidade, por meio de contratos assinados entre prefeitura e particulares (1951-1952), iniciando-se pelo porto, região de maior dinamismo em Corumbá; inauguração das primeiras linhas de transporte urbano, com o loteação "Expresso Cinderela"; construção de conjuntos habitacionais no município e o aumento da movimentação bancária na cidade, com a implantação de três novas agências bancárias: Banco do Comércio e Indústria de São Paulo (1954), Cooperativa de Crédito Agropecuário do Pantanal de Mato Grosso (1958) e o Banco do Estado de São Paulo (1958) (ITO, 1992: 58-60).

Além disso, o processo de urbanização em curso naquele momento em todo o País e em particular no Estado de Mato Grosso deu ensejo ao desmembramento de áreas territoriais e criação de novos municípios. Desta forma surgiu, em 1953, o município de Ladário, antigo distrito desta cidade, área urbana conurbanada a Corumbá, sede do Distrito Naval, abrigando o comando central da região Centro-Oeste. Sobre a mesma perspectiva de urbanização da região Sul de Mato Grosso, é importante assinalar ainda que, nesse período, apesar da condição favorável alcançada por Corumbá, ocorreu simultaneamente o fortalecimento do município de Campo Grande enquanto pólo regional, dando continuidade à tendência de crescimento daquela cidade, já verificada a

⁵ Posteriormente foram instaladas na cidade a empresa Ferro-Ligas, explorando o minério de ferro de Urucum, que também veio a ser fechada, e a Urucum Mineração S/A, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce, em funcionamento desde os anos 70. SOLZA, [19--?]: 113; IBGE, 1989: 179.

partir dos anos 40^a (Tabela 1.2).

Tabela 1.2. - População das principais cidades mato-grossenses - 1940 e 1950

Cidades	1940			1950			Variação (%)
	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL	
Cuiabá.....	27.479	26.915	54.394	28.418	29.076	57.494	5,7
Campo Grande.	26.330	25.299	49.629	31.158	28.866	60.024	20,9
Corumbá.....	16.131	13.390	29.521	21.155	19.292	40.427	36,9
Ponta Porã.....	17.408	15.588	32.996	10.791	10.112	20.903	-36,6
Três Lagoas.....	8.212	7.166	15.378	10.265	9.041	19.306	25,5
Dourados.....	8.080	6.905	14.985	12.145	10.934	23.079	54,0
Estado.....	230.405	201.860	432.265	280.873	256.195	537.068	24,2

Fontes: IBGE, 1952: 51.; IBGE, 1956: 64.

Em vista de todos estes processos, Corumbá apresenta-se como uma exceção dentro do Estado de Mato Grosso, na medida em que o processo de industrialização em curso na cidade ao qual vieram juntar-se a construção e implantação do ramal ferroviário Brasil-Bolívia, além de outras iniciativas visando ao fortalecimento do intercâmbio comercial na região de fronteira levou a que este município, ao contrário da tendência hegemônica em Mato Grosso, apresentasse maior concentração populacional em seu perímetro urbano.

Corumbá, em função dos processos sociais anteriormente descritos, acabou por ter um crescimento relativo maior que a própria Campo Grande, embora permaneça no terceiro posto entre as cidades mais populosas do Estado. Denotando a importância que a atividade agrícola alcançou nas décadas seguintes, despontava o município de Dourados, com um crescimento de 54,0% em sua população: no período, esta foi a maior variação relativa entre as cidades consideradas. Ponta Porã, município do extremo Sul do Estado, foi a única unidade municipal a apresentar decréscimo populacional, para o que certamente contribuiu o desmembramento de parcelas de seu território, para a formação do município de Amambai, além da perda de importância relativa da erva-mate, fator fundamental no processo de fixação populacional nessa região de Mato Grosso. Três Lagoas, por sua vez, aproximou-se da variação média verificada para o total da população do Estado, registrando um crescimento de 25,5% (IBGE, 1956).

¹⁰ Apesar de um crescimento mais modesto entre 1940 e 1950, mesmo assim continuou a manifestar-se a importância de Campo Grande, não só como pólo regional, mas como principal centro urbano do Estado, desta feita ultrapassando em população o município da capital, Cuiabá. Além do fato de que, enquanto Cuiabá cresceu 5,7% no decênio 1940-1950, Campo Grande teve um ganho populacional de 20,9%. IBGE, 1956.

2. O ensino primário em Corumbá

Tendo como pano de fundo este contexto do pós-guerra em Mato Grosso e na região de fronteira, como fica a questão educacional? É interessante que se sublinhe uma vez mais que não se evidenciou, em relação às políticas propugnadas pelo Estado nacional para as regiões de fronteira, neste momento histórico, nenhuma diretriz diretamente dirigida a estabelecer uma modalidade particular de intervenção na área educativa, quando consideradas as metas desejadas pelo governo central para o território em apreço. Apesar da ênfase envolvendo a questão educacional e o novo entendimento sobre a importância da educação no período histórico ora em estudo, parece que foram enfrentadas algumas dificuldades na aplicação das verbas previstas na Lei 2597/55 (BRASIL, 1959b: 7016-7017), que destinava 60,0% dos recursos arrecadados nas regiões de fronteira para aplicação nesta zona específica do país, e na qual uma das prioridades era exatamente o campo educativo. Assim, por exemplo, em 1956, apenas cinco municípios haviam enviado os projetos visando à obtenção destes recursos: Rio Grande, Herval, Lavras do Sul, São Gabriel (Rio Grande do Sul) e Foz do Iguaçu (Paraná). Além disso, o exame dos projetos aprovados pela Comissão Especial entre os anos de 1956 a 1958 permite visualizar a utilização destas verbas, cuja prioridade parece ter recaído efetivamente sobre as obras de infra-estrutura. Além disso, apenas um município de Mato Grosso foi contemplado com estas verbas especiais, Ponta Porã, em 1956 (BRASIL, 1959a).

A preocupação em implantar uma educação de abrangência nacional incluídas aí as zonas de fronteira e a centralidade da ação estatal para que isso se efetivasse, no entanto, continuaram presentes tanto no discurso, como na prática que norteou o processo educativo no pós-guerra. No caso de Mato Grosso, estes anos representaram a efetivação destas diretrizes, que na verdade já haviam sido anunciadas no período anterior, principalmente a partir de 1937.

Este processo de expansão, de acordo com a própria diretiva expressa na documentação apresentada pelo executivo estadual, tinha como objetivos fundamentais atender aos *rincões mais afastados do interior* de Mato Grosso. Em outros termos usando vocábulo comum a vários autores que estão descrevendo as preocupações do poder público neste momento o objetivo fundamental era atender às demandas da *hinterlândia* mato-grossense. O que significou a continuidade e, em certa medida, o reforço da proposta de expansão do ensino primário preferencialmente nas áreas rurais, na qual se concentrava a maioria da população do estado.

Desta forma, houve uma expansão da rede escolar no estado nestes anos, sobretudo do ensino primário. Essa expansão, contudo, bastante significativa na esfera pública (variação positiva no número de estabelecimentos de 42,6% entre 1950 e 1954), deu-se como era de se esperar para uma região de população predominantemente rural por meio do crescimento do número de escolas isoladas, com presença marcante daquela situada nas zonas rurais (MATO GROSSO, 1950: 44; MATO GROSSO, 1954: 24-49; MATO GROSSO, 1955: 39-42). Tal situação, entretanto, não deixava de ser concordante com a ênfase dada pelo Estado à expansão do ensino, no sentido de alavancador da *interiorização* do desenvolvimento (Tabela 1.3).

Tabela 1.3. - Escolas primárias segundo o tipo - Mato Grosso - 1946 a 1954

Ano ⁽¹⁾	Grupo Escolar		Escola Reunida		Escola Isolada ⁽²⁾		Total Geral
	Escolas	%	Escolas	%	Escolas	%	
1947	15	5,5	23	8,4	236	86,1	274
1948	24	3,6	33	5,0	609	91,4	666
1949	25	3,9	39	6,1	576	90,0	640
1950	28	3,6	37	4,8	705	91,6	770
1953	38	4,8	34	4,3	716	90,9	788
1954	47	4,3	35	3,2	1.016	92,5	1.098
Média		4,3		5,3		90,4	

(1) Os dados apresentados excluem o Território de Ponta Porã, em 1947.

(2) Inclui, para o ano de 1948, o total de escolas supletivas.

Fontes: MATO GROSSO, 1950: 44; MATO GROSSO, 1954: 24-49; MATO GROSSO, 1955: 39-42.

Para que este processo de expansão se tornasse possível, do ponto de vista material, colaboraram não apenas os investimentos do poder público local cujos percentuais, todavia, quando comparados ao período anterior, estiveram na média abaixo dos gastos realizados entre 1930 e 1945 mas tornaram-se decisivas as inversões do governo federal (MATO GROSSO, 1947), sobretudo para a construção e aparelhamento de novas unidades escolares (*Convênio do Ensino Primário do Estado de Mato Grosso*, previsto para execução a partir do ano de 1947). Além disso, o governo federal fez-se presente por meio da *Campanha de Alfabetização de Adultos e Jovens*, programa organizado pelo Ministério da Educação a partir do governo Dutra, que resultou na ampliação do ensino supletivo no Estado (MATO GROSSO, [19-?]: 31.; MATO GROSSO, 1948: 60) visando à erradicação do analfabetismo entre a população que não tivera acesso à escola primária fundamental comum e estendendo o alcance da escola noturna, organizada no final da década de 30.

Também no que diz respeito à preparação do corpo técnico que seria encarregado da elaboração e implantação de novas diretrizes administrativas e pedagógicas para a rede de ensino estadual, o investimento partiu da União. O preparo destes profissionais, que até esse momento primeira metade dos anos 50 não haviam estado presentes na escola pública mato-grossense, fez-se por meio de iniciativas do INEP (MATO GROSSO, 1948: 63), ficando sua posterior contratação a cargo do executivo estadual, no qual viriam a integrar, a partir de 1951, os quadros do que seria o Serviço de Orientação do Ensino Primário e Assistência da Administração Educacional⁷.

Esse Serviço que viria a ser um dos núcleos mais importantes da nova Secretaria de Educação e Saúde, criada em 1953, na visão dos gestores educacionais, dava início à composição de um núcleo técnico orientador do ensino, com a função de

⁷ O Serviço de Orientação do Ensino Primário e Assistência da Administração Educacional foi criado pela Lei nº 388, de 29 de janeiro de 1951 e, posteriormente, regulamentado pelo Decreto nº 1152, de 8 de agosto do mesmo ano. MATO GROSSO, 1952d: 28-29.

atuar: 1. como organismo orientador da implantação, em Mato Grosso, dos *modernos métodos pedagógicos*; 2. no planejamento da criação e expansão da rede física de ensino, em função da população escolarizável existente (MATO GROSSO, 1952c: 28-29)⁸.

A presença do governo federal, por meio do Ministério da Educação e sobretudo do INEP, também deu ensejo ao uso de outras práticas, como parte da preocupação de propiciar ao Estado instrumentos para o planejamento de sua atuação no campo educacional. Neste sentido, sob a direção de Antonio de Arruda Marques, o governo estadual realizou um estudo para diagnosticar a situação do ensino em Mato Grosso, no ano de 1951, visando principalmente ao planejamento da distribuição de novas unidades em função da população escolar, além de conhecer a situação da rede pública já implantada. Desta feita, fazia-se uso em Mato Grosso dos levantamentos estatísticos educacionais enquanto instrumento racionalizador, tendo em vista a organização sistêmica das escolas públicas, que teriam como organismo gestor o executivo estadual, tanto no sentido propriamente organizacional, como naquele relacionado aos aspectos pedagógicos (MATO GROSSO, 1951b: 32).

Sobre a questão pedagógica, no entanto, vale lembrar que a unicidade dos estudos primários em Mato Grosso e em Corumbá começou a efetivar-se com a Lei Orgânica do Ensino Primário, discutida e aprovada pela Assembléia Legislativa Estadual em 1951 e implantada a partir de 1952 (MATO GROSSO, 1951a)⁹. Foi nesse período, igualmente, que o governo estadual começou a pensar no fornecimento sistemático de material didático para seus alunos, especialmente livros, cadernos, canetas, lápis, entre outros, além de mapas, revistas etc, para as escolas.

Da mesma maneira, nesses anos a escola primária passou a ser pensada¹⁰ também

⁸ É interessante observar-se a ênfase dada ao caráter técnico destas funções, apresentando a necessidade de que as novas formas de ensinar e organizar a atividade educativa estivessem baseadas nestes princípios. Considerando que neste momento histórico, em termos de Brasil, a orientação escolanovista era predominante entre os educadores brasileiros, deve-se atentar para a preocupação que os educadores ligados a esta corrente pedagógica davam à questão da qualidade de ensino, meta a ser atingida por mudanças introduzidas no interior da escola, isto é, que atinxissem o âmbito técnico-pedagógico, na qual se ena essencial o papel desenvolvido pelo professor, sendo que as medidas em andamento no estado de Mato Grosso eram coerentes com este tipo de preocupação. Esta distinção torna-se importante uma vez que será somente dali a alguns anos, particularmente depois da implantação do regime militar, em 1964, que a pedagogia tecnicista, calcada na preocupação com o processo pedagógico enquanto conjunto de técnicas e procedimentos voltados para a educação, será predominante. Logo, no período ora analisado, não está sendo cogitado este segundo conjunto de justificativas para as mudanças em curso. Sobre a pedagogia nova e a tecnicista cf. SAVIANI, 1985: 14 et seq.

⁹ Complementarmente, este novo momento levou à mudança de várias propostas regulamentadoras então em vigor, fruto sobretudo do esforço de adaptar a educação em Mato Grosso ao conjunto de reformas introduzidas, ainda no final do Estado Novo, com as chamadas Leis Orgânicas. Um exemplo disso foi a nova regulamentação do ensino normal (Decreto nº 590, de 31 de dezembro de 1948), exigido frente a postura adotada de incentivo à formação de pessoal para a carreira do magistério primário (MATO GROSSO, 1948: 56).

¹⁰ Senam precisas ainda algumas décadas, no entanto, para que este caráter assistencial fosse assumido pela escola pública, o que ainda hoje é motivo de acirradas polémicas fora e dentro das esferas públicas de gestão do sistema educacional. Cf., a respeito da discussão sobre as funções da escola pública na sociedade capitalista contemporânea. ALVES, 2001: 186 et seq.

como *locus* assistencial, assistência essa que complementaria os serviços propriamente pedagógicos prestados pela escola pública. Entre eles, avultavam a assistência médica, o fornecimento de merenda escolar e a ajuda material representada pela existência do caixa escolar, bolsas de estudos etc para a permanência, na rede de ensino, dos alunos carentes.

Em relação ao ensino primário mantido pelas esferas locais de poder, simultaneamente à consolidação da esfera pública estadual, esse período também representou o momento de implantação de escolas no âmbito municipal, alastrando essa modalidade de estabelecimentos por várias localidades do Estado. Além da região da fronteira Brasil-Bolívia, com a cidade de Corumbá, o ensino público municipal despontou em Campo Grande, Três Lagoas, Paranaíba, Porto Murtinho, Ponta Porã etc, municípios nos quais a presença do poder público municipal na área educativa já existira em alguma medida desde os anos 30 (BRITO, 2001: 55 et seq.).

Neste sentido, considerando-se apenas o ensino primário fundamental comum público, existiam 52 unidades escolares municipais no ano de 1946 (IBGE: 1950: 420), das quais cerca de 19 (ou 36,5% do total) estavam localizadas no município de Campo Grande, segundo informações de seu Departamento Municipal de Educação (MATO GROSSO, 1948: 64); Corumbá contava, ainda no ano anterior (1945), com 6 estabelecimentos municipais de ensino (11,5% do total). Já em 1956, o total de unidades escolares mantidas pelos governos municipais subira para 110 estabelecimentos (IBGE, 1956), sendo que três anos antes, em 1953, num levantamento realizado pelo poder público estadual sobre a situação educacional do Estado, 27 municípios declararam possuir escolas sob sua responsabilidade¹¹.

Assim, em 1948, faz-se alusão a como alguns municípios vinham participando na conservação dos prédios escolares ali localizados seria este o caso das cidades de Nioquê, Herculânea¹², Três Lagoas e Corumbá mas também menciona-se a “grande preocupação a respeito da montagem do ensino primário municipal, consoante prescrição da Constituição Federal e Estadual” (MATO GROSSO, 1948: 64).

Tal iniciativa foi avaliada dois anos depois (1950) como sendo de pequena monta, frente às responsabilidades assumidas pelo poder público estadual, que ainda era o maior responsável pelo ensino público primário na região (MATO GROSSO, 1950: 45-46). Também a perspectiva da organização conjunta municípios e Estado de Mato Grosso de um sistema estadual de ensino inviabilizou-se, frente à precariedade de condições concretas para sua implantação. Este sistema, na verdade, apenas começou a ser viabilizado em 1952, quando a Lei nº 557, de 3 de dezembro, fixou as bases do *Convênio do Ensino Primário do Estado de Mato Grosso* (MATO GROSSO, 1952b: 1), previsto para execução a partir do ano de 1953. O convênio determinava: 1. a

¹¹ Entre estas cidades, já estavam incluídas várias municipalidades da região Norte do Estado, como Poxoréu, Barra do Garças, Cáceres, Guiratinga etc. O maior número de alunos matriculados, contudo, ainda se encontrava em cidades da região Sul do Estado, entre elas, Campo Grande, Corumbá, Três Lagoas, Aquidauana etc. (MATO GROSSO, 1954: 29-30).

¹² Posteriormente denominada Coxim.

união dos recursos financeiros estaduais e municipais, para o desenvolvimento do ensino primário; 2. a coordenação e organização de planos e medidas comuns para o ensino primário nas duas esferas governamentais, visando torná-lo *eficiente, difundido, acessível e prático*; 3. o estabelecimento de órgãos fiscalizadores das escolas primárias nas várias cidades mato-grossenses. Na realidade, a intenção última da diretoria de Educação e Cultura, expressa em ofício do diretor daquele departamento, Antonio de Arruda Marques, dirigido ao Secretário do Interior, Justiça e Finanças, Ruben de Castro Pinto, era sondar a possibilidade de *descentralização* do ensino primário público. Descentralizar, apontava o referido diretor, era a única solução viável para que o governo estadual pudesse obter êxito em sua empreitada de estender a todo o Mato Grosso a rede pública de ensino. Não existiam ainda, entretanto, as condições materiais concretas que dessem aos municípios possibilidades para assumir, naquele momento, esses encargos educacionais¹¹. Projetos descentralizadores, na extensão apontada pelo referido diretor, só viriam a concretizar-se em décadas posteriores da trajetória educacional do Estado de Mato Grosso.

Quanto a Corumbá, a cidade apresenta algumas particularidades em relação a certos aspectos do quadro mostrado anteriormente, em se tratando de Mato Grosso. Neste município, além das condições mais gerais apontadas anteriormente, outras, de caráter específico, viriam contribuir no sentido de facilitar e diferenciar o processo de organização do setor educacional nos anos que se seguiram ao fim do Estado Novo. Entre estes fatores, estavam as condições socioeconômicas favoráveis da cidade, no pós-guerra, quanto se iniciou um período prolongado de estiagem que facilitou o criatório bovino e a maior procura do produto nos mercados interno e externo. Além disso, a chegada de levadas de migrantes e imigrantes bolivianos e paraguaios, que acorreram à cidade para a construção do ramal ferroviário Puerto Suárez-Santa Cruz de la Sierra, no vizinho Oriente boliviano, ou para o trabalho nas indústrias locais, recentemente instaladas no município, também favoreceram o processo de urbanização deste município.

Neste processo de expansão da malha urbana, o ensino público municipal ainda continuou sendo o menos expressivo na cidade, registrando a existência de quatro estabelecimentos de ensino primário em 1956, com 670 alunos matriculados. Apesar do número reduzido de escolas, as matrículas neste setor aumentaram em 70,9%, num período de 11 anos: de 392 em 1945 para 670 em 1956 (FERREIRA, 1958: 146).

Relevando-se embora este significativo aumento no montante de matrículas no ensino municipal, o grande peso ainda continua a ser das escolas públicas estaduais. Considerando-se um total de 34 escolas primárias existentes na cidade, entre

¹¹ Neste sentido, no governo de Arnaldo Estêvão de Figueiredo, foi realizada uma tentativa de descentralização do processo construtivo dos prédios escolares financiados com as verbas do governo federal, via INEP. Somente em Corumbá foram firmados convênios entre os governos estadual e municipal para a construção de oito escolas, entre 1948 e 1950. Até 1954, o governo estadual ainda reclamava as prestações de conta destas construções, algumas delas, inclusive, que não chegaram a realizar-se (MATO GROSSO, 1954: 17-19).

estabelecimentos públicos (estaduais e municipais) e particulares, em 1945, certamente houve crescimento na rede primária em Corumbá, sobretudo nos anos 50, o que pode ser observado na Tabela 1.4. Neste sentido, em 1952 (MATO GROSSO, 1952c), a cidade já contava com 30 escolas públicas primárias, apenas na rede estadual de ensino, chegando a casa das 37 unidades escolares, dois anos depois (1954), nesta rede de ensino.

Tabela 1.4. - Criação de escolas primárias estaduais em Corumbá - 1947-1954

Ano	Especificação
1947	Escola Supletiva - 4
1950	Escola Rural Mista - 2
1951	Escola Rural Mista - 1
1953	Escola Rural Mista - 4 Escolas Reunidas - 2 Escola de Instrução Primária - 1
1954	Grupo Escolar - 2 ⁽¹⁾ Escola Rural Mista - 1 Escolas Reunidas - 1

(1) Um destes grupos escolares, na verdade, pertencia ao recém-criado município de Ladário, antes distrito de Corumbá. Fontes: Mato Grosso, 1952a: 156; 160; 162; FERNANDES, 1994a. n.p.; FERNANDES, 1994b. n.p.; FERNANDES, 1994c. n.p.

Entre as escolas agrupadas, até 1952, continuavam presentes apenas o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque e as Escolas Reunidas de Ladário. O acréscimo, desta maneira, fica mais uma vez restrito ao universo das escolas isoladas, suburbanas e rurais, ainda aparecendo como a primeira colocada entre os tipos de estabelecimentos existentes no município, com 28 unidades.

O quadro das escolas agrupadas só começou a modificar-se a partir de 1953, com a transformação da escola primária do Marítimo Atlético Club em Escolas Reunidas (Decreto nº 1552, de 26 de março de 1953) e a criação das Escolas Reunidas do Círculo Operário Dom Bosco (Decreto nº 1649, de 1º de agosto de 1953). Esta última, bem como a Escola Reunida de Ladário, foram transformadas em Grupos Escolares, no ano seguinte (Decretos 1894 e 1896, de 11 de junho de 1954).

É interessante assinalar o surgimento e ou o desenvolvimento deste conjunto de escolas agrupadas, acompanhando o processo de reurbanização da cidade no pós-guerra. Como ponto em comum, todas elas estavam situadas nas áreas centrais ou próximas ao centro da cidade de Corumbá. Exemplificando, pode-se examinar o caso dos grupos escolares já que, após 30 anos, estes foram os primeiros estabelecimentos deste tipo a serem organizados no município. Em 1953, como visto anteriormente, o distrito de Ladário (SOUZA, [s.d.]: 111) foi desmembrado da cidade de Corumbá e elevado à categoria de município (Lei nº 679, de 11 de dezembro de 1953), o que certamente colaborou para a transformação do estabelecimento de ensino existente naquela cidade em grupo escolar. Quanto ao Círculo Operário Dom Bosco, iniciativa da Ação Social Salesiana, mantida pelos ex-alunos do Colégio Salesiano Santa Teresa,

tratava-se de uma escola primária de ensino gratuito, mista e que tinha como objetivo, segundo seus organizadores, “[a] educação da infância menos favorecida e [...] [o] preparo de jovens e senhoras para as diversas atividades indispensáveis à dona de casa.” (COSTA, 1988: 71)

Neste estabelecimento, além do material escolar, eram distribuídos merenda e uniformes gratuitamente, prática pouco comum na época mesmo nas escolas públicas estaduais, a distribuição do material escolar ainda era precária, não se tendo notícia do recebimento de merenda ou qualquer outro benefício em suas dependências. Isto, aliado à localização desta escola em um ponto central do município, deve ter favorecido sua atuação e o afluxo de alunos à mesma, explicando o surgimento deste novo grupo escolar. A presença da iniciativa privada neste empreendimento também representava, por um lado, a possibilidade de o Estado desobrigar-se de parte dos ônus referentes à manutenção deste estabelecimento, num momento em que existia uma demanda maior por serviços urbanos na cidade; por outro, o crescimento da escola não poderia ser mantido apenas com os beneplácitos da caridade salesiana, que deveria ser complementada com verbas públicas¹⁴.

Sobre as escolas rurais dos municípios, pode-se dizer que ainda pairavam sobre as mesmas as dificuldades já apontadas no período anterior¹⁵ a falta de professores habilitados para exercerem o magistério nessas escolas, a inexistência de acompanhamento e fiscalização do trabalho destes docentes etc. Neste sentido, das 28 escolas rurais e suburbanas¹⁶ existentes no município em 1952, mantidas pelo poder público estadual, sete encontravam-se vagas. Em nenhum dos 21 estabelecimentos restantes, em funcionamento naquele ano, existiam professores efetivos. Além disso, muitas destas escolas resultaram da encampação de antigos estabelecimentos particulares, mantidos alguns por fazendeiros e ou criados por associações de classe: era o caso, por exemplo, da Escola Rural Mista “Barão do Rio Branco”, criada e dirigida

¹⁴ Posteriormente, na década de 60, a área em que se situava o Círculo Operário Dom Bosco foi ocupada com o novo edifício do Colégio Santa Teresa. A obra social salesiana, dirigida especificamente às camadas sociais carentes da cidade também deslocou-se, desta feita, para o bairro Cidade Jardim (hoje denominado Dom Bosco), que na época era o mais próximo da fronteira Brasil-Bolívia. Neste local, em 1961, surgiu a Escola Rural Mista “Alexandre de Castro”, hoje “Cidade Dom Bosco” (COSTA, 1988: 105 et seq.).

¹⁵ O que não significava que também não existissem problemas nas escolas agrupadas, tidas como os melhores estabelecimentos da rede de ensino pública. Assim, quando a professora Magali de Souza Baruki assumiu a direção do Grupo Escolar “Luiz de Albuquerque”, em 1951, ela descreveu desta forma as condições daquela escola: “(...) no momento recebia [a escola] para dirigir em estado precário: classes lotadas, poucas carteiras, professores e alunos sentados em caixotes.” Segundo a mesma professora, o estado físico do estabelecimento era tão precário que o Secretário de Fazenda à época, Demóstenes Martins, considerado “pão-duro” pelos administradores públicos estaduais, concordou em conceder verbas emergenciais para a escola, que resultaram na construção de sanitários e um galpão coberto para o recreio dos alunos (BARUKI, Magali de Souza. In: ROSA, 1990: 114-115).

¹⁶ Na documentação disponível, na verdade, não apareceu nenhuma distinção entre as escolas situadas na zona rural do município e aquelas situadas na periferia do centro urbano. Todas foram enquadradas, igualmente, como escolas rurais. Introduziu-se, no entanto, para as finalidades deste trabalho, esta distinção.

pela Sociedade Caritativa e Humanitária de Corumbá, no distrito de Porto Esperança¹⁷; Escola “Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil”, criada por esta entidade de classe; as Escolas Rurais Mistas “Fazenda Morcego”, no Pantanal de Paiguás, “Fazenda Manuel Correa”, entre outras, fruto da doação de áreas particulares para a instalação de escolas.

Ainda sobre o funcionamento das escolas rurais, segundo Maria Angelina Garcia da Silva, em depoimento prestado em 1993,

[...] as escolas que funcionavam nas propriedades rurais possuíam, na maioria das vezes, professores leigos (...). Para que este ensino fosse reconhecido e válido nas escolas da zona urbana, os professores enviavam à Secretaria de Educação do Estado os testes (avaliações) e o histórico escolar dos alunos, para comprovar que os mesmos estavam aptos para freqüentar uma determinada série. Estes dados eram apresentados na forma de Atas e encaminhados à Delegacia Regional de Ensino de Corumbá (sic) para aprovação e validação (RODRIGUES, 1993).

Não se tinha conhecimento, desta forma, sobre o trabalho exercido em sala de aula, nem mesmo se as aulas declaradas haviam acontecido.

Sobre o ensino primário particular, nesses anos, segundo dados disponíveis (FERREIRA, 1958: 146) referentes a 1956, existiam 14 escolas particulares em funcionamento na cidade, reunindo 2596 alunos matriculados. Destas, certamente as mais expressivas eram os dois estabelecimentos salesianos, o Colégio Santa Thereza, masculino, e o Colégio Maria Imaculada, feminino, oferecendo os cursos primário e complementar¹⁸.

Sobre as duas escolas salesianas acima citadas, é interessante destacar que a nomenclatura *escolas reunidas*, à época, era utilizada para designar um certo tipo de escola pública, que agrupava determinado número de classes e alunos¹⁹. Entre as escolas particulares de Corumbá, contudo, o Colégio Salesiano Santa Thereza e o Colégio Imaculada Conceição este último coordenado pelas Filhas de Maria Auxiliadora, ala feminina da Congregação Salesiana, funcionavam nos moldes de uma

¹⁷ Porto Esperança era o ponto extremo aonde chegavam as composições ferroviárias até 1954, antes da abertura definitiva para o transporte de passageiros da ponte “Presidente Eurico Gaspar Dutta”, sobre o rio Paraguai. (SOUZA, [19--?]: 103).

¹⁸ O curso complementar também fora implantado na rede pública, mais especificamente junto ao Grupo Escolar “Luiz de Albuquerque” em 1952 (Decreto nº 1306, de 8 de maio). (MATTO-GROSSO, 1952d).

¹⁹ Pelo Regulamento da Instrução Pública em vigor até 1951, “quando num raio de dois quilômetros, funcionarem tres ou mais escolas isoladas, com frequencia total minima de 80 alumnos, o governo poderá reunil-as num só estabelecimento, que receberá a denominação de ‘Escolas Reunidas’”. MATTO-GROSSO, 1927: 2.

escola reunida, tanto pelo volume de alunos que possuíam, como pelo número de classes que mantinham. Desta forma, também por isso era significativa a presença da escola particular no município, já que se pode destacar a existência de duas escolas, privadas, confessionais, com o mesmo porte de dois estabelecimentos congêneres públicos, dentro da cidade.

Tratando ainda do ensino particular, embora tenha permanecido praticamente igual o número de estabelecimentos privados de ensino primário, cresceram sobremaneira as matrículas nestes estabelecimentos, entre a segunda metade dos anos 40 e o mesmo período da década seguinte. Em 11 anos, passou-se de 737 matrículas em 1945 a 2596 em 1956, acumulando um crescimento de cerca de três vezes e meia, em relação ao montante de alunos inscritos nestes estabelecimentos.

Dois conjuntos de transformações podem estar relacionados a este incremento do ensino particular na cidade. Por um lado, como assinalou Corrêa Filho (1946: 131 et seq.), os pecuaristas da região de Corumbá naquele momento, representando a terceira geração de descendentes dos pioneiros que reocuparam os pantanais após a Guerra contra o Paraguai, eram de fato portadores de novos hábitos sociais, provocados pelas profundas transformações ocorridas na vida pastoril da região, a partir de meados dos anos 20. Neste sentido, descrevendo a situação da Nhecolândia, um dos principais pólos bovinos do município, assim se expressava este autor:

Entre os descendentes dos pioneiros, já se encontram médicos, engenheiros, advogados, veterinários, agrônomos [...]. Embora nem sempre morem em suas fazendas, cuidam de dotá-las de habitações confortáveis, onde possam estanciar alguns meses. Nos restantes, permanecem em Corumbá, onde constituem o grupo dos maiores capitalistas, interessados nas charqueadas próximas, que lhes garantem o consumo das boiadas.

Desta forma, a fixação dos latifundiários pantaneiros na área urbana de Corumbá, aliada a condições econômicas que favoreceram o comércio de carne na região no pós-guerra, certamente favoreceu o florescimento de vários setores de serviços existentes no município, entre eles o educacional.

Por outro lado, as atividades industriais que surgiram na cidade nesse período também contribuíram para o incremento das camadas médias urbanas em Corumbá, o que certamente aumentou a demanda por serviços sociais, tanto públicos como particulares, inclusive no setor educativo.

No sentido de se compreenderem melhor as necessidades impostas pelo desenvolvimento histórico-social de Mato Grosso, sobretudo no caso de sua fronteira Oeste, é importante que se examine ainda o perfil da clientela escolar, nesses anos. Já foi destacado o crescimento populacional acontecido na região de Corumbá, e suas relações com o incremento do número absoluto de matrículas, no período. Outro

aspecto que corrobora este último é representado pelo aparecimento na cidade, entre os anos de 1953 e 1954, de dois estabelecimentos de ensino primário de grande monta, as Escolas Reunidas do Marítimo Atlético Club e o Grupo Escolar do Círculo Operário Dom Bosco, já citados anteriormente.

Este último, inclusive, ao ser inaugurado inicialmente como Escola Reunida, em 1953, já contava com o significativo montante de sete salas de aula²⁰ e uma denominação que denunciava a nova composição social da cidade e um novo perfil da clientela escolar, que de uma predominante base agrária, passaria a contar também com uma significativa massa operária, reunida nas periferias de Corumbá²¹. É importante assinalar, no entanto, que, provavelmente, esse estabelecimento de ensino só começou a constar das estatísticas regionais como escola pública a partir de 1957, uma vez que até 1956 foi mantido e dirigido pela Missão Salesiana em Corumbá. Neste último ano, graças a um convênio com essa Congregação Religiosa, passou a ser financiado pelo governo estadual. Acredita-se que seja este o motivo do crescimento registrado pelas estatísticas oficiais no número de alunos matriculados em escolas primárias particulares no município, que de 1273 em 1953 saltou para 2596 em 1956, enquanto o movimento inverso acontecia nas escolas estaduais, que de 2222 matrículas registradas em 1953, teriam chegado a 1153 três anos depois (1956)²².

Estes dois estabelecimentos, no entanto, não representavam apenas o crescimento de matrículas no ensino primário, mas o incremento da expansão educacional na zona urbana do município, fato que não se dera em momentos históricos anteriores: até então, a expansão do ensino fora predominantemente localizada na zona rural. Desta feita, o perfil da clientela escolar, diferenciada na região devido ao surto industrial e pela construção do ramal ferroviário Brasil-Bolívia, criou a necessidade de expansão da escola urbana, numa região de Mato Grosso que se diferenciou em relação ao conjunto do estado, neste particular.

²⁰ MANFROI, 1997: 70-72. Em 1957 o Grupo Escolar do Círculo Operário Dom Bosco já contava com 800 alunos.

²¹ Segundo os dados do censo de 1940, 9,7% da população de 10 anos ou mais estava empregada em indústrias extrativas e de transformação na cidade. Em 1950, este índice subiu para 12,0%. Em 1959, Corumbá era responsável por 24,8% da produção industrial de Mato Grosso, ocupando em média 1161 operários mensalmente. IBGE, 1940: 56.; IBGE, 1950: 72.; COMISSÃO INTERESTADUAL DA BACIA PARANÁ-PARAGUAI, 1964: 114-115.

²² MATO GROSSO, 1954: 29-30. FERREIRA, 1958: 146. Este fato é importante uma vez que, sem a ressalva exposta, Corumbá tornar-se-ia um município peculiar em Mato Grosso, no qual a maior cobertura, em termos de escolas primárias, era proporcionada pelo ensino privado.

3. Referências bibliográficas

ALVES, Gilberto Luiz. *A produção da escola pública contemporânea*. Campinas: Autores Associados; Campo Grande: UFMS, 2001.

ANUARIO de Matto Grosso 1930 1º ano. Corumbá: Sequeira & Cia., 1930.

BOLÍVIA. H. Senado Nacional. *Convenios suscritos entre Bolivia y el Brasil, preparados en Roboré y firmados en La Paz, en el 29 de marzo de 1958*. La Paz: 1967.

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 87/44*. Rio de Janeiro: 1944

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 202/59*. Rio de Janeiro: 1959a.

BRASIL. Lei n. 2597, de 12 de setembro de 1955. Dispõe sobre zonas indispensáveis à defesa do país e dá outras providências. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p. 7016-7017, 6 out. 1959b. Sec. 1.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 103*: relatório dos trabalhos de 1930. La Paz: 1931.

BRITO, Silvia Helena Andrade de. *Educação e sociedade na fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)*. Campinas: 2001. Tese (Doutorado em Educação) - UNICAMP, 1991.

CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*. 2.ed. São Paulo: 1960.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970; 1970-1995)*. 2.ed. rev. aum. Campinas: UNICAMP, 1998.

COMISSÃO INTERESTADUAL DA BACIA PARANÁ-PARAGUAI. Departamento de Planejamento Econômico e Social. *Plano de industrialização regional: alguns aspectos da economia do estado de Mato Grosso e seleção de pólos de desenvolvimento*. [São Paulo]: 1964.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Pantanaís mato-grossenses: devassamento e ocupação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

COSTA, Paulino Lopes da (Org.). *O profeta do Pantanal*. Corumbá: Escolas Profissionais Salesianas, 1988.

_____. RYLANDS, Eliane. *Ementário*: 1951. Cuiabá: APE, 1994a. (Mimeo.)

_____. *Ementário*: 1953. Cuiabá: APE, 1994b. (Mimeo.)

_____. *Ementário*: 1954. Cuiabá: APE, 1994c. (Mimeo.)

FERREIRA, Jurandyr Pires (Org.). *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*: 1939-1940. Rio de Janeiro: 1940.

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*: 1950. Rio de Janeiro: 1951.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil*: 1952. Rio de Janeiro: 1953.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil*: 1960. Rio de Janeiro: 1960.

_____. *Estado de Mato Grosso: censos demográfico e econômico*. Rio de Janeiro: 1956.

_____. *Geografia do Brasil: região Centro-Oeste*. Rio de Janeiro: 1989. v. 1.

ITO, Claudemira Azevedo. *Corumbá: a formação e o desenvolvimento da cidade*. São Paulo: 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, 1992.

MANFROI, José. *A Missão Salesiana e a educação em Corumbá: 1899-1996*. Campo Grande: 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1997.

MATO GROSSO. Arquivo Público Estadual. *Ementário da legislação estadual (1936-1950)*. [Cuiabá: 1952a].

MATO GROSSO. Instituto Memória do Poder Legislativo - Assembléia Legislativa de Mato Grosso. *Cópia da legislação referente ao ano de 1947, publicada no Diário Oficial*. [Cuiabá: s.d.].

MATO GROSSO. Lei n. 452, 24 nov. 1951. Lei Orgânica do Ensino Primário do Estado de Mato Grosso. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, v. 61, n. 11110, p. 1-3, 1951a.

MATO GROSSO. Lei nº 557, 3 dez. 1952. Fixa as bases do Convênio do Ensino Primário do Estado de Mato Grosso. *Diário Oficial*, Cuiabá, v. 62, n. 11666, p. 1, 1952b.

MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, por ocasião do início da legislatura de 1950, pelo governador Arnaldo Estevão de Figueiredo*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1950.

MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado de Mato Grosso à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da sua 1ª legislatura*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1948.

MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1951b.

MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1952*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1952c.

MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1954*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1954.

MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1955*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1955.

MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Bel. Julio Strübing Müller, no período de 1941 a 1942*. Cuiabá: Imp. Oficial, 1942.

MATO GROSSO. Secretaria do Interior, Justiça e Finanças. *Legislação*. Cuiabá: 1952d.

MATO GROSSO. *Termo de acôrdo celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado de Mato Grosso, para execução do plano de construções destinadas à ampliação e melhoria do sistema escolar primário*. Rio de Janeiro: 1947.

MATTO-GROSSO. *Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato-Grosso* (Decreto n. 759, de 22 de abril de 1927). Cuiabá: Typ. Oficial, 1927.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. *Uma fronteira para o pôr-do-sol*. Campo Grande: UFMS, 1998.

RODRIGUES, Luzia Odeth Duarte. *O ensino rural em Corumbá*. Corumbá: 1993. Monografia (Bacharelado em Pedagogia) - UFMS/Campus de Corumbá, 1993.

ROSA, Maria da Glória Sá. *Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul: histórias de vida*. Campo Grande: UFMS, 1990.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 6.ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1985.

SOUZA, Lécio G. de. *História de Corumbá*. Corumbá: [s.d.].

Recebido em setembro de 2003

Aprovado em março de 2004